



8 DE MARÇO

Dia Mundial da Mulher

# Poder Popular



## editorial

Nas duas últimas semanas tem-se vindo a intensificar a escalada da direita reaccionária e fascista. Sucedem-se atentados bombistas que vão de par com as pressões internas e externas para que o Governo tome as medidas que convêm ao capital nacional e internacional.

Tal como temos vindo a denunciar, o renascimento do fascismo, tanto nas Forças Armadas como na actividade terrorista clandestina, e o crescente autoritarismo burguês na sociedade civil entrelaçam-se como ameaça negra sobre as conquistas e a luta do povo trabalhador de Portugal.

Largos sectores antifascistas têm vindo, de maneira corajosa, a tomar posições inequívocas de repúdio pelo crescimento de ameaça fascista. Na Comunicação Social, no Trabalho e, de modo geral, em todos os sectores da vida nacional as vozes que denunciam a miserável censura fascizante na RTP de Tomás Rosa, a cumplicidade dos responsáveis do Trabalho e Economia com o patronato nacional e internacional, a escandalosa cobertura dada pelas altas figuras da direita militar aos bombistas e serventuários do regime fascista, ganham cada vez maior eco.

Mas urge multiplicar os esforços e as acções combativas, mobilizando as mais amplas camadas do povo para o combate sem tréguas aos fascistas e à sua escalada.

O 11 de Março de 1975 é, por isso mesmo, uma data que importa deixar bem vinda em todos os que conspiram e traem os interesses do povo.

Dois anos depois do esmagamento da intentona fascista de Spínola, dois anos depois do arranque para a consagração das mais importantes conquistas revolucionárias, todos os democratas e patriotas, militares e civis, devem unir-se numa grande jornada antifascista, comemorando o 11 de Março com a sua unidade, organização e luta.

O 11 de Março de 1977 tem de ser uma jornada de luta que mostre sem ambiguidade à direita reaccionária e fascista e ao imperialismo que os revolucionários

e os antifascistas estão firmes e decididos a mobilizar o povo para dar combate sem tréguas à sua escalada, às suas provocações e imposições.

Cabe aos revolucionários tomarem claramente a vanguarda do largo movimento de denúncia e combate antifascista que o 11 de Março deve dinamizar. Há que organizar desde já amplas campanhas de denúncia e agitação contra a acção dos militares fascistas e antipatriotas que atraioam a independência e a liberdade do povo português. A prisão dos «pides», fascistas e bombistas, a demissão imediata dos militares anti-patriotas como Pires Veloso e CIA, que dão cobertura aos bombistas como Mota Freitas (agora iniludivelmente desmascarados pela nota de culpa da Polícia Judiciária Militar) são reivindicações que aos revolucionários cabe generalizar entre o povo.

Há que erguer um firme protesto contra os procedimentos disciplinares com que a direita militar procura atingir militares progressistas e prosseguir a campanha pela sua reintegração imediata.

A jornada do 11 de Março e a extensão da agitação contra a ameaça fascista são rectaguarda segura em que deve assentar a intensificação das acções de massas contra as imposições imperialistas e a cumplicidade do Governo do dr. Soares com o capitalismo nacional e internacional.

O exemplo combativo dos trabalhadores rurais do Alentejo, dos trabalhadores dos têxteis e de tantas outras movimentações de classe e populares aponta já o caminho seguro da Resistência Popular Activa contra a recuperação capitalista em curso.

Do Pacto Social de miséria e de desemprego, à alta generalizada do custo de vida, à completa submissão política e económica ao imperialismo da política de Soares, só os trabalhadores portugueses podem dar resposta, com a sua unidade e luta. Portugal não está à venda; fim à chantagem dos empréstimos imperialistas são reivindicações centrais em torno das quais importa generalizar as acções massivas, edificando a Resistência Popular Activa contra a ofensiva burguesa e imperialista, no caminho da conquista de um Governo que verdadeiramente sirva os interesses do povo, um Governo de Independência Nacional.

Este é o sentido que a jornada de unidade e luta do 11 de Março deve assumir. Uma jornada de combate antifascista e anti-imperialista a que temos de consagrar os máximos esforços.

O cabaz  
de (muito poucas)  
compras  
e o salário  
(in)suficiente  
para o comprar

Soares  
garante lucros  
trabalhadores  
pagam a conta

A confirmação do que os revolucionários e todos os antifascistas e anti-imperialistas portugueses têm dito, sobre a política de submissão ao imperialismo que o governo do dr. Soares vem praticando, está nas recentes decisões económicas e financeiras do Conselho de Ministros.

Prelúdio dessas medidas foram dois acontecimentos importantes que a propaganda oficial do Governo mal pôde explicar:

Por um lado, as evidentes reservas da Europa capitalista à integração de Portugal no Mercado Comum. Por debaixo das pomposas declarações «para português ouvir» da solidariedade europeia com a democracia (burguesa) portuguesa, não foi possível esconder que os monopólios europeus e os seus governos não abdicaram de forma alguma, das suas exigências políticas e económicas sobre o nosso País. A integração de Portugal no Merca-

do Comum, reivindicação antiga de sectores da burguesia portuguesa (Salazar já em princípios de sessenta abriu a negociação para a adesão à CEE), não se apresenta fácil. As conquistas do nosso povo que a Constituição consagrou (nomeadamente as nacionalizações) e a situação económica do País são passivos que a Europa dos patrões mostra para assumir nos anos imediatos. A fragilidade política do governo minoritário do PS constitui argumento suplementar para essas reservas. A viagem de Soares às capitais europeias encontrou assim escolhos que só novas cedências às imposições imperialistas podem tornar.

Por outro lado, o adiamento do empréstimo americano para Outubro de 77 que a Administração Carter decidiu foi evidente acto de pressão sobre o Governo de Soares, ao contrário do que a opinião oficial pretendeu fazer crer.



# UNIDADE, ORGANIZAÇÃO E LUTA

# QUEM SABOTA O MUP?



Na passada quinta-feira, Otelo esteve presente na Assírio e Alvim por ocasião do lançamento do livro «Otelo — o povo é quem mais ordena». As instalações da livraria foram pequenas para conter as centenas de pessoas que acorreram desejosos de saudar Otelo e de obter uma exemplar autografado do livro

A campanha eleitoral para as presidenciais, a candidatura do camarada general Otelo e os seus resultados evidenciam a existência de condições objectivas para a iniciativa dos revolucionários, uma vez unidos em torno de um programa político e organizativo claro.

Na generalidade, a candidatura de Otelo pôde aglutinar vastas camadas das classes operária e do povo porque reuniu numa alternativa global a perspectiva de solução dos mais sentidos problemas que derivam da crescente acumulação de forças dos fascistas, do ritmo acelerado da recuperação capitalista e da mais vergonhosa ingerência imperialista no nosso país.

Mais, o nosso povo teve oportunidade de verificar uma certa solidez na unidade das principais forças do campo revolucionário e de importantes sectores da vanguarda popular.

Quando os revolucionários estão unidos e têm capacidade para erguer uma alternativa independente e revolucionária obtêm a confiança do povo. Esta é uma verdade inegável!

No entanto, o amplo movimento unitário, popular e de massas gerado na campanha eleitoral, apesar da vitória obtida no Congresso de constituição do MUP, tem vindo a sofrer uma notável erosão.

Será que se verificou alteração substancial nas condições observadas durante as presidenciais? A nós parece-nos que não. Os principais problemas do nosso povo continuam a agravar-se, os fascistas mostram-se cada vez mais agressivos, o governo do PS cede abertamente ao imperialismo, os revisionistas conciliam progressivamente com os principais inimigos do povo. Isto é, existe todo um campo

aberto à intervenção e a iniciativa dos revolucionários que, crescente-se, será a única solução para impedir que a burguesia se unifique e desfrise golpes mortais sobre o movimento operário e popular.

Então o que é que justifica a actual situação de debilidade política e organizativa?

## SECTARISMO E HEISTACÃO: DOIS ESCOLHOS NA CONSTRUÇÃO DO MUP

Para além das dificuldades normais inerentes à construção de um caminho novo sob o fogo dos mais diversos inimigos, nós afirmamos que o sectarismo de uns e a hesitação de outros têm sido os maiores factores de paralização e degenerescência.

Pensamos não valer a pena falar neste momento dos que, dentro do MUP, quiseram sabotá-lo e tiveram que o abandonar desmascarados. O mais importante para o nosso partido é detectar os vícios e as incorrecções ao nível das forças que estão empenhadas na Unidade Popular, no reforço e consolidação do MUP e na construção da Frente de Massas anti-fascista, anti-capitalista e anti-imperialista.

A hesitação no avanço deste projecto traduz-se sempre em sobrestimação das dificuldades, na sobrevalorização dos erros cometidos, na falta de confiança nas próprias forças, na ausência de empenhamento nas tarefas organizativas, no esquerdismo na formulação táctica e, sobretudo, assenta numa dificuldade de demarcação clara dos revisionistas.

Estes traços característicos devem ser infatigavelmente combatidos, política e ideologicamente, mas com a consciência de que o nosso papel é o de contribuir para o alargamento das fileiras do MUP e

não para a sua redução aos quadros de vanguarda.

O sectarismo, por outro lado, se bem que com uma aparência mais ousada e decidida, introduz também vícios graves na construção da unidade. As suas expressões mais vulgares são a incapacidade de debate com posições políticas distintas, concepção errada do papel da ideologia no trabalho de frente, visão administrativa (ocupação selvagem de lugares) do exercéda da direita nas escolas, quando na frente operária e sindical se avança na definição de uma política de coesão da intervenção dos revolucionários no interior do movimento sindical, é criminoso boicotar o funcionamento das instâncias que, em última análise, permitem pôr em andamento os mecanismos organizativos através dos quais se atingem os objectivos em causa.

Mas há mais, camaradas! O que é que significa boicotar a possibilidade de se adoptarem resoluções sobre a táctica em torno de um documento que, entre outras coisas contém as seguintes passagens:

«A análise da actual correlação de forças e da sua evolução previsível leva a concluir que é esta, no momento, a tarefa central do Movimento Popular: arrotar a iniciativa à burguesia, começando por reforçar a capacidade de resistência. perante os ataques da investida fascista, da recuperação capitalista e da ingerência imperialista, o MUP serve a luta do povo reagrupando forças para a defesa das conquistas alcançadas e dos seus interesses imediatos, unindo-o em torno de objectivos precisos e concretos. Ao reforçar a sua capacidade de resistência e ao travar lutas vitoriosas, passando das pequenas para as grandes acções, o Movimento Popular acumulará

forças para arrebatar a iniciativa à burguesia e avançar para novas ofensivas.

«Reforçar a resistência, recuperar a iniciativa, lutar pela solução popular em cada circunstância, em cada frente — eis o grande fio condutor da táctica do MUP na construção de uma alternativa autónoma e revolucionária. Mas simultaneamente e a partir de cada luta sectorial o MUP tem de desencadear uma batalha política genérica que ataque os próprios fundamentos da actual sustentação do Poder burguês. Com efeito a burguesia só terá facilidade em governar se assegurar ao mesmo tempo 3 condições: a neutralização do Movimento Popular, através do Pacto Social; umas FFAA que, sob a capa do apertadismo e da eficiência, sejam disciplinadas na defesa da classe dominante; finalmente o apoio económico do imperialismo».

«Sendo assim, o MUP deve desenvolver uma luta política em torno de 3 palavras de ordem: Não ao Pacto Social; Não a Profissionalização das Forças Armadas; Não ao Mercado Comum».

«Além da batalha política à volta destas palavras de ordem (que condensam objectivos anti-capitalistas, anti-fascistas e anti-imperialistas), o MUP deve também conduzir a luta pela defesa das conquistas progressistas consagradas na Constituição.

«Assim como para todo este conjunto de lutas, tanto sectoriais, como gerais, a solução popular parte sempre da capacidade de unidade e organização do Movimento de Massas, assim também só nesse Movimento estará a potencialidade para avançar no caminho da solução popular global à escala de toda a sociedade. Se

em cada terreno a resistência for vitoriosa e se se acumularem forças para a ofensiva, será possível conquistarmos um Governo de Unidade Popular, um Governo que pratique uma política popular e de independência nacional, um Governo que não resulte de maiorias parlamentares burguesas ou de pronunciamentos militares, mas que seja justamente imposto pela pressão do Movimento Popular.

O MUP propõe assim ao Povo Trabalhador este objectivo de luta por um Governo de Unidade Popular, precisamente à maneira de um objectivo central que polarize os combates sectoriais, ao mesmo tempo que define uma alternativa autónoma. Na verdade o Movimento Popular não pode ajudar a reboque das estratégias burguesas e deve saber definir objectivos tácticos próprios. Este Governo nunca deve ser apreendido como uma solução mágica que, isoladamente, pudesse resolver os problemas do povo. A nossa experiência mostra-nos como é arriscada a miragem de se pensar que basta controlar uma parte do aparelho de estado para se deter o Poder à escala da Sociedade» (texto em discussão no Secretariado e na CNUP).

A última reunião da CNUP, à qual faltaram organizadamente contingentes significativos dos camaradas apertadários e da UDP, viu-se assim impedida de tomar medidas face a um conjunto de importantes questões a que se encontra associado o desenvolvimento do Movimento de Unidade Popular.

Nós perguntamos: quem sabota? Quem pretende criar o vazio de direcção política para depois dizer que a CNUP não tem capacidade de direcção?

Os camaradas do PCP (R) que no último comunicado da Comissão Política do seu CC tão preocupados se mostram com a direcção política do MUP e com a capacidade da CNUP, melhor seria que comesçassem pela sua própria casa aconselhando-se a si próprios e à UDP a assumir as próprias responsabilidades, comparando nas reuniões fundamentais do Movimento.

Ao nosso partido também preocupa a direcção política do MUP. Não nos mesmos termos do PCP (R). Por isso, é no seio do MUP, e nomeadamente nas reuniões da CNUP, que nos batemos pelas propostas que, em cada momento, melhor se ajustem ao avanço da organização e da unidade.

## Apoiar o PP é reforçar

Promovidas pelo secretariado do Núcleo de Moscavide/Olivais vêm sendo realizadas um conjunto de actividades, de apoio ao nosso órgão central e de consolidação do trabalho partidário.

Do programa de realizações destacamos:

— Dia 3 de Março às 21 horas, no «Família» sessão cultural com exposições de fotografias, exibição de filmes e intervenção de camaradas cantores populares.

O nosso camarada Eduardo Graça do C.C. do M.E.S. e director do P.P. estará presente e usará da palavra nesta sessão.

A recolha de fundos que ne-

la será promovida destina-se ao P.P.

— Dia 5 de Março inauguradas as obras na Sede do M.E.S. em Moscavide. De manhã, a sede abrirá com a exposição fotográfica do P.P. e venda de livros.

As 15 horas momento de convívio na Sede em que estarão presentes camaradas dirigentes do Partido, da direcção regional e do Comité Central.

Estas realizações foram precedidas de uma jornada de confraternização no passado dia 26 de Fevereiro, com jogo de futebol de salão entre uma equipa do nosso Núcleo e uma equipa de moradores do bairro 14 de Julho, seguida de almoço e convívio.

lhou. Isto para que os agrários e os intermediários parasitas possam continuar a roubar o suor dos trabalhadores. A política do dr. Barreto é vergonhosamente clara. O sr. Ministro está empenhado em destruir a Reforma Agrária e por isso manda a G.N.R. contra os trabalhadores. (Como aconteceu na Cooperativa Rainha do Sul, Santa Susana, no Redondo, em que a G.N.R. voltou a actuar à antiga, agredindo e ferindo à coronhada homens, mulheres e jovens).

O Ministro Barreto quer destruir a Reforma Agrária por isso atribui chorudos subsídios aos agrários, que já rondam os dois mil contos mensais e, ao mesmo tempo, estimula as desanexações e a atribuição de reservas a torto e a direito, sem ouvir os trabalhadores, sem ter em conta a viabilidade económica das Unidades Colectivas (como acontece na pre-Cooperativa Fronteirense, Cooperativa da Liberdade, em Seda, e Cooperativa 12 de Maio, em Montargil) e sem se importar que os latifundiários lancem depois no desemprego os que lá trabalhavam e deixem as terras ao abandono (como acontece na Herdade dos Currais, em Evora, do Silval, em Arraiolos, dos Matraços, em Portel, do Alto da Ferradura, em Moura e da Lobata, em Ser-

pa, e muitas outras).

Como se tudo isto não bastasse, como se não chegasse ainda o facto de os Centros Regionais de Reforma Agrária — CRRA — estarem ao serviço da recuperação agrária, o M.A.P. procura astixiar as U.C.P. através do corte de crédito agrícola, castigando assim os trabalhadores pelo crime de defenderem a Reforma Agrária.

E no fim de fazerem isto tudo, os senhores do M.A.P., utilizando as notas officiosas, procuram enganar o Povo, mentindo com quantos dentes têm na boca.

Por outro lado, os trabalhadores têxteis:

«Em Portalegre obtiveram uma primeira vitória — conseguiram que a entidade patronal voltasse atrás.

Num primeiro comunicado, o patrão tinha dito que não podia aceitar a proposta dos trabalhadores, mas ao ver a determinação e a unidade que estes mostraram, na primeira paralização, recuou e decidiu aceitar a proposta dos operários (ou seja, aceitar a retroactividade do C.C.T. desde Janeiro, e dar desde já um aumento uniforme de 750\$00, enquanto o Contrato Colectivo de Trabalho não estiver concluído».

órgãos de comunicação social do Estado, a televisão e a rádio, dão cobertura nunca vista a um acontecimento desta natureza, fazendo também algumas especulações e caluniando os trabalhadores desta vila.

Mas o povo sabe que o objectivo da direita reaccionária e fascista é só um: destruir as conquistas revolucionárias alcançadas em duras lutas após o 25 de Abril.

E o povo sabe que a violência sempre tem vindo da parte dos exploradores, que sempre viveram à larga e à custa da fome e miséria dos trabalhadores.

Por isso, o povo de Cuba viu chegar os «comandos» de Jaime Neves à herdade da Aroeira e à quinta da Esperança, arrombando portas e ameaçando os trabalhadores.

Por isso, assistimos após o 25 de Novembro à prisão de militares revolucionários do M.F.A., enquanto outros libertados os «pides que torturaram e mataram alguns dos melhores combatentes do povo, na luta contra o regime colonial-fascista de Salazar e Caetano.

Destá vez a direita reaccionária e fascista, aproveita este caso para desencadear mais uma ofensiva contra o povo de Cuba, e contra uma das suas

maiores conquistas, a Reforma Agrária.

Mas estas tentativas de manipulação da opinião pública só são possíveis pela liberdade de que goza a imprensa reaccionária e pelas sucessivas cedências do Governo do dr. Mário Soares, às exigências dos capitalistas, organizados na CIP e na CAP, com a cobertura política do PPD e CDS.

Agora os reaccionários especulam à vontade, tentam fazer crer que Cuba é uma vila de selvagens.

Mas chegará o momento em que, mais cedo ou mais tarde, as classes trabalhadoras derrubarão o poder da burguesia e erguerão o poder novo, o poder de todo o povo, onde não mais serão permitidas especulações, calúnias e provocações, porque então será feita justiça popular, acabando de vez com senhores e criados.

A VIOLÊNCIA REVOLUCIONÁRIA DOS TRABALHADORES NÃO SE MANIFESTA EM ACTOS INDIVIDUAIS, É SEMPRE MANIFESTADA COLECTIVAMENTE, COM A CLASSE OPERÁRIA À CABEÇA, PARA O POVO DERRUBAR O PODER DA BURGUESIA E CONSTRUIR O PODER NOVO.

Núcleo de Cuba do MES

## Portalegre

Os camaradas do Núcleo do M.E.S. de Portalegre acabam de publicar o número 14 do nosso órgão local «Luta Continua». O trabalho de agitação comunista em Portalegre continua! O P.P. destaca as seguintes passagens do artigo sobre a luta

dos trabalhadores rurais e a ofensiva dos latifundiários e do Governo:

«Nos campos, a acção do M.A.P. e do dr. Barreto, que fala da 2.ª Reforma Agrária, mais não pretende que fazer vergar quem toda a vida traba-

## Cuba

. A propósito do caso Mestre, ocorrido no dia 16 de Fevereiro, ainda não são conhecidos os resultados da investigação e, portanto não se sabe ainda se foi acidente, loucura ou crime.

De qualquer modo, o PPD, um partido reaccionário e fasci-

zante, especula à sua vontade sobre o caso, caluniando principalmente o povo trabalhador de Cuba e as suas forças de esquerda.

Entretanto, a Imprensa reaccionária e fascista, aproveitada para fazer a manipulação política à sua vontade, os

# Poder Popular

Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista  
Administração - Redacção Av. D. Carlos I, 132, Lisboa telefone 66 26 29

Composição e impressão Renascença Gráfica SARI Rua Luz Soriano, 44 - Lisboa

TEXTEIS EM LUTA PELO CCTUV

# Não ao pacto social!

A luta dos trabalhadores têxteis por um contrato único e vertical adquire uma cada vez maior importância, não só para os 300.000 trabalhadores do sector, mas para todos os explorados deste país.

Esta luta conduzida e levada à prática de forma exemplar, superando dificuldades de toda a ordem, tem vindo a mostrar de forma clara que a força dos trabalhadores está na sua capacidade de organização, unidade e luta nos locais de trabalho.

Desta forma têm os trabalhadores têxteis lutado contra o avanço arrogante dos patrões, conseguindo vitórias significativas e mostrando que ao reformismo conciliador quer ao esquerdismo inconsequente a via da resistência popular activa contra a recuperação capitalista e a ingerência imperialista.

1. O patronato, encorajado pelas medidas antioperárias do falso governo socialista — aumento da duração dos CCT para 18 meses, limitação dos aumentos salariais a 15 por cento, demagógico «cabaz de compras», desvalorização do escudo, etc, etc — tem recusado de uma forma geral participar em negociações de novos contratos colectivos.

Por detrás de pretextos vários, onde aparece como constante a referência ao «realismo» das reivindicações dos trabalhadores, esconde o patronato o seu medo pela força do Movimento Sindical e a convicção de que o tempo joga a seu favor.

Esta atitude tem tido como resultado o recurso por parte do Governo à via administrativa na resolução das questões relacionadas com os CCT, permitindo desta forma que os patrões, não assumindo pelo seu lado quaisquer responsabilidades, venham assim a imputá-las não só aos trabalhadores e às suas organizações como também ao próprio Governo.

2. Face a esta tática, têm os reformistas optado pela cediência, bem visível no facto de os CCT dos sectores mais importantes por eles controlados, se encontrarem, na prática, paralisados. Veja-se, por exemplo, o da construção Civil, cuja primeira proposta foi apresentada pela Co-

missão Negociadora Sindical em 15 de Maio de 75 e que esteve na origem da grande manifestação de massas dos trabalhadores deste sector, em Outubro desse mesmo ano e que tanto medo meteu à burguesia como aos dirigentes sindicais reformistas, estes sentindo o controlo da luta a escapar-lhes da mão.

Os trabalhadores têxteis optaram pela luta e como primeira vitória obrigaram os patrões a participarem nas negociações do CCT único e vertical!

Os patrões, aplicando a tática de adiar o mais possível o CCT, começou por defender, numa primeira fase, que este só devia produzir efeitos à data da sua saída. Foram obrigados a um primeiro recuo ao admitirem uma reactividade a partir de 1 de Fevereiro e actualmente já admitem que «os novos salários a acordar poderiam produzir efeitos desde 15 de Janeiro do presente ano, e isto também para férias e subsídios de férias» (1).

3. Mantem-se em litígio a duração do CCT. Os patrões depois de conseguirem do Governo o dito socialista o alargamento da duração dos CCT's para 18 meses, vêm agora defender de forma hipócrita e ridícula o «poder constituído».

De facto, a CNS defende um

prazo de vigência do contrato de 12 meses, embora aceite o prazo legal enquanto o mesmo não for alterado, mas introduzindo no CCT disposições que prevejam um prazo de 12 meses no caso de haver nova legislação que seja omissa a este respeito, ao mesmo tempo que lutará por todos os meios ao seu alcance pela revogação da lei dos dezoito meses. Defende, também, a CNS que a próxima revisão do CCT tenha efeitos retroactivos a partir do fim da vigência desde que agora se encontra em negociação.

Contrapõem os patrões que a referência ao prazo dos 12 meses «afronta o poder constituído que estabeleceu o prazo mínimo de 18 meses por imperativo de interesse nacional» (1) e uma atitude, certamente em defesa do poder constituído e do interesse nacional, deixaram de estar presentes nas reuniões para a negociação do CCT. Isto, mesmo depois do primeiro-ministro afirmar que o contrato colectivo deve ser negociado pelos trabalhadores e patrões e depois do ministro do trabalho se ver obrigado a reconhecer que os princípios defendidos pelos sindicatos, em matéria contratual, são perfeitamente justos e correctos.

Invocam os patrões como pretexto para o boicote à negociação o facto de se considerarem pressionados pelo «movimento grevista em curso» (1), negando assim aos trabalhadores, sempre em defesa do poder constituído e do interesse nacional, o direito à greve expressamente garantido pela Constituição.

4. O patronato tem tentado por todas as formas desmobilizar os trabalhadores. Vendo que a violência não dava os resultados necessários — aos casos de repressão violenta, no Norte (Riopele, Maivest, etc.) res-

ponderaram os trabalhadores com adesões às greves na ordem dos 90 por cento em Santo Tirso, 85 por cento em Barcelos e Guimarães e assim por diante — os patrões tentam agora outra tática: A Comissão Negociadora Patronal adiu para hoje, quinta-feira, a resposta ao protocolo de declaração de princípios que lhe foi entregue no Ministério do Trabalho. As razões desde adiamento já foram denunciadas por um dirigente sindical dos têxteis do Sul, Manuel Lopes, que, em nome da CNS, afirmou numa reunião realizada no passado domingo que «os patrões sentem-se com força suficiente para prosseguir o boicote», jogando com o fim do mês, esperando que os trabalhadores desmobilizem ao receberem os ordenados com o desconto dos dias em que estiverem paralisados».

5. A esta nova manobra ponderaram os trabalhadores têxteis com a continuação das paralisações parciais e com a marcação de greve geral para hoje, dia 3!

Face à violência, às intimidações e manobras dos patrões, só a luta organizada dos trabalhadores unidos por um mesmo objectivo os pode levar à vitória.

Os trabalhadores têxteis, organizados nos seus órgãos de classe, mostrando a sua unidade ao levarem a cabo paralisações que envolveram cerca de 250 000 trabalhadores (85 por cento do total) de Norte a Sul do País apontam à classe operária e ao povo em geral que contra a recuperação capitalista só lutando é possível vencer.

Mostraram também que para a luta ser vitoriosa é preciso que ela esteja bem assente na participação democrática dos trabalhadores nos seus locais



Em Novembro de 1975, a luta dos trabalhadores da construção civil — que se mantiveram concentrados durante dois dias em frente a S. Bento — fez tremor o VI Governo.

Hoje, hoje, meio volvido, o contrato continua por negociar, as promessas então feitas continuam por cumprir.

Por isso, hoje, quinta-feira o sector paraliza da parte da tarde, mantendo-se os trabalhadores no seu local de trabalho, realizando-se reuniões para debate sobre o estado actual das negociações do contrato colectivo, que já duram há vinte meses.

de trabalho em todas as suas fases: da discussão das medidas a tomar à decisão e execução das mesmas.

Na actual fase de resistência popular à ofensiva do capital e do imperialismo, a classe operária, como mostram os tra-

balhadores dos têxteis, saberá assumir o seu papel de vanguarda na luta do povo pela sua emancipação.

(1) — De um comunicado conjunto de várias associações patronais.

## MADEIRA

### Cooperativa Unicarmo incomoda muita gente...

Os inimigos da organização popular voltaram a atacar. Desta vez foi a tentativa de assalto à cooperativa UNICARMO de Câmara de Lobos, que tem uma história longa mas que põe a nu a ligação do padre, merceiros, P. P. D. e Polícia.

Em 7 de Maio de 1975, um grupo de cidadãos, paróquianos do Carmo, Câmara de Lobos, arrancou com uma cooperativa para de algum modo fazer frente aos constantes aumentos do custo de vida. O pároco de então pôs à disposição do povo uma dependência paroquial para a instalação da cooperativa. A luta então travada pelos cooperativistas foi contra os merceiros que através de ameaças tentaram tudo por tudo, para que o projecto não vingasse. Mas como o padre estivesse ao lado dos mais necessitados (a influência dos padres nas zonas rurais da Madeira é enorme) nada conseguiram e a cooperativa foi avante.

Ainda era o tempo em que as FFAA punham as suas viaturas ao serviço das cooperativas e outras iniciativas populares. Mas daí para cá aconteceu o 25 de Novembro e a vida foi-se tornando mais negra para os trabalhadores conscientes que lutam pela sua libertação.

Até que em fins de 76 novo padre vem administrar os destinos da paróquia do Carmo. A partir daí as coisas complicaram-se para os cooperativistas. Desde a substituição de catequistas (cooperativistas), utilizando processos nada demo-

cráticos (imposição de dia e de hora), por feiras que dizem às crianças que os comunistas no continente entraram numa igreja e dando vivas ao comunismo comeram as hostias e insultaram o bispo, tudo serviu para preparar o terreno para os futuros acontecimentos.

Mais recentemente o padre tem criado atritos, quer com a utilização do salão para as pessoas verem televisão quer com o futebol, num terreno anexo à igreja. Até que no domingo, dia 13 de Fevereiro, o padre proibe a utilização do salão paroquial para a realização de uma assembleia geral de cooperativistas, depois de dias antes o ter permitido. Aqui os ânimos exaltaram-se contra a vontade do padre, a assembleia realizou-se no salão.

Esta atitude de total ausência de diálogo por parte do pároco está na origem do que se viria a passar na terça-feira seguinte, dia 15 de Fevereiro. Um grupo de pessoas manobradas por merceiros, tendo à cabeça um tal José Avevão, empreiteiro e dono de uma pastelaria, depois de assaltar o salão paroquial, ter retirado a televisão (emprestada pela Casa do Povo) e estragado a mesa de pingue-pongue, dirigiu-se ameaçadoramente para as instalações da cooperativa. Horas difíceis passaram os poucos cooperativistas que no momento se encontravam no interior da cooperativa. A presença da Polícia obsteu a que conseguissem os seus intentos — destruir o recheio, n-

O povo que acorreu à apelos como «os comunistas querem matar o padre» ou «a cooperativa é de comunistas», veio enganado servir os criminosos intentos dos merceiros e, o que é mais grave ainda, lutar contra si mesmo. É que a Cooperativa mesmo não servindo todo o povo do Carmo (embora estivesse aberta a todos que o quisessem ser), obrigou a que os merceiros batessem os preços de muitos produtos.

É o P. P. D. e a Polícia o que têm a ver com isto? Depois de muita insistência a Polícia lá compareceu em número suficiente para obstar ao confronto, mas a história não fica por aqui. Quando no dia seguinte um cooperativista foi ao posto da Polícia local por motivo de uma queixa apresentada contra o seu senhorio, foi espancado pelo chefe do posto ao soco e ao pontapé.

Por outro lado, o líder parlamentar do P. P. D. na Assembleia Regional fez-se defensor do trabalho meritório da Polícia em geral, quando um deputado da U. D. P. chamou a atenção da Assembleia para o procedimento do chefe do posto de Câmara de Lobos. Depois, este mesmo líder parlamentar, através do órgão diocesano de que é director — «Jornal da Madeira» — um pasquim reaccionário como muitos outros que existem nesta terra — aparece a bradar que a cooperativa tem de sair das instalações da paróquia. Evidentemente, o P. P. D., merceiros e intermediários cozem tudo na mesma panela. Enfim, mais um ataque às conquistas dos trabalhadores mas que estes unidos pela solidariedade de todos os cooperativistas da Madeira e organizações populares, têm sabido aguentar com firmeza.

## OLIVEIRA DE AZEMÉIS

### Trabalhadores de calçado contra repressão patronal

Desde o dia 12/1/77 que é maioria dos trabalhadores de firma A. Ferreira Praça, Lda., com sede em Oliveira de Azeméis, estão em greve, por o patrão haver despedido o trabalhador e dirigente sindical Martins.

O patrão desta empresa (que já em 25 e 26/1/76 estivera em greve pela saída do C.C.T. da indústria do calçado) tudo tem tentado para minar a unidade dos trabalhadores. Assim, admitiu já dois novos operários, durante a greve, preparando-se para admitir ainda outros seis (para substituição dos grevistas), mediante contratos a prazo, o que é manifestamente ilegal. Além disto, enviou notas de culpa a todos os trabalhadores em greve (22 de entre um total de 34), procurando intimidá-los.

Apesar das provocações que este tem vindo a dirigir aos trabalhadores em luta (fechando os vestiários e sanitários, contactando alguns trabalhadores isoladamente para os tentar convencer a regressar ao trabalho, tendo já inclusivé feito menção de atropelar um deles, para além de insultos verbais pessoais) estes têm-se mantido unidos na luta pela reintegração do seu camarada e dirigente sindical Laurentino Martins, e foi já entregue ao patrão da empresa uma resposta ao processo disciplinar por ele organizado, contestando o seu

teor e o facto da admissão dos dois novos operários durante a greve, que revela uma conduta claramente violadora dos direitos dos trabalhadores, da lei e da Constituição.

Por esta forma, os trabalhadores da A. Ferreira Praça estão a saber contribuir para a defesa do Movimento Sindical,

que o patrão Praça (que é dos corpos gerentes da Assoc. dos Industriais de Calçado) com a ajuda da C.I.P. pretende destruir.

A sua justa luta tem de continuar até à reintegração do dirigente sindical despedido, unidos e organizados na luta geral contra os despedimentos!

## CAIXA DE SANTARÉM A Comissão Administrativa não gosta de críticas...

No jornal de parede existente na sede da Caixa de Previdência de Santarém foi colocado um comunicado (assinado) da autoria de um trabalhador, denunciando actos da Comissão Administrativa, como sendo o pagamento de uma renda de casa de importância de 12.000\$00 por mês, casa essa que está fechada há cerca de 10 meses.

Acusava ainda a C.A. de fazer promoções em termos absolutamente anti-democráticos e inconstitucionais.

Mas é a uma prática que vem sendo corrente no aparelho de Estado), em vez de se justificar perante a crítica e tentar corrigir os erros, o Presidente da C.A. arrancou o referido comunicado e anunciou que ia instaurar um processo disciplinar, a seguir transformado em simples inquérito, ao trabalhador em causa, para o que já nomeou uma comissão.

Os trabalhadores, por seu turno, não ficaram quietos, e vão realizar nos próximos dias um plenário afim de deliberar sobre as medidas a tomar face a essa situação.

Impõe-se que, solidários, saibam responder a mais este exemplo de política de avestuz do aparelho burocrático oficial.

Só uma ampla solidariedade dos trabalhadores da Caixa poderá obstar, exemplarmente, aos intentos repressivos do Presidente da respectiva comissão Administrativa.

# Soares garante lucros trabalhadores pagam a conta

1. As recentes medidas tomadas pelo Governo do PS apresentam ao mesmo tempo uma clara ingerência do imperialismo norte-americano nos assuntos internos do nosso País e um grande impulso à recuperação capitalista feita à custa da miséria e do desemprego dos trabalhadores portugueses.

PORQUE ESTAS MEDIDAS E QUEM LUCRA COM ELAS?

2. Desvalorizar o escudo e aumentar as taxas de juro eram duas medidas que há muito o imperialismo vinha reclamando e que agora impôs graças à política de venda dos interesses do nosso povo que o PS substituiu-se à direita fascista e reacção, vem praticando.

Os tais empréstimos «sem condições» de que fala o dr. Soares têm afinal condições e condições muito duras para o povo português: o adiamento do maior empréstimo até agora anunciado, decidido pelo sr. Carter mais não serviu do que para obrigar o falso Governo socialista a cumprir com as suas obrigações, não para com os trabalhadores, mas para com o capital nacional e internacional.

Desvalorizado o escudo oficialmente em 15 por cento (na prática nos últimos dois anos já se tinha desvalorizado mais de 20 por cento e só no mês findo cerca de 3 por cento), o que vai acontecer?

As multinacionais como ITT, a Simens, a Melka e tantas outras vão ter os salários a pagar 15 por cento mais baratos!

A dívida pública do nosso País aumenta de 20 milhões de contos que o Governo do dr. Soares irá buscar aos bolsos de quem trabalha para entregar aos seus amigos imperialistas Carter e Schmidt!

Os preços dos produtos importados ou dos produtos fabricados com matérias-primas importadas irão todos aumentar e, levando em conta as boas relações do dr. Soares e do seu Governo com o patronato, talvez mais do que os 15 por cento?

Os investimentos estrangeiros ficam mais atractivos pois em relação aos países imperialistas os nossos salários ficam mais baixos 15 por cento.

Isto é, o paraíso de Salazar e Caetano, virado para os lucros fáceis dos americanos, alemães e CIA e que a luta dos trabalhadores portugueses tinha posto em causa, regressa pelas mãos do dr. Soares!

Com o aumento da taxa de juro, os bancos internacionais ficam em condições de concorrer com a banca nacionalizada em muitas operações, preparando-se assim, no quadro de uma crescente submissão ao imperialismo, o processo que

deve conduzir à existência de uma banca privada directamente nas mãos do capital monopolista!

Em suma, a pretexto do combate ao enorme saldo negativo da balança de pagamentos, o Governo do dr. Soares toma uma medida que apenas serve os interesses do capitalismo internacional e o patronato que lhes segue as peguadas e vai atrair ainda mais o saldo negativo, pois toda a gente sabe que as importações são o dobro das exportações e constam de bens essenciais ou matérias-primas na sua maior parte. Eis como agitando a bandeira de luta contra a bancarrota se favorece o imperialismo e a direita!

O Governo que se diz socialista mas pratica uma política capitalista acaba de decidir por lei baixar fortemente os salários aos trabalhadores, aumentar os lucros aos patrões

e meter nos bolsos do imperialismo milhões de contos que mais não são que as horas e horas de trabalho nas fábricas, herdades e empresas, e o pão que cada vez mais falta nas mesas das famílias trabalhadoras de Portugal.

3. Mas o Governo não ficou por aqui. Assim aparece o cabaz de compras, verdadeira ofensa às classes trabalhadoras do nosso País. Com efeito, depois do custo de vida ter subido 30 por cento em 1976, depois do Governo ter metido nos bolsos dos patrões cerca de 700 escudos por cada trabalhador que ganha o salário mínimo, que é a diferença entre o aumento efectuado e o que deveria ter sido feito para acompanhar a subida dos preços, depois de ter limitado as subidas de salário em 1977 a 15 por cento, o Governo do dr. Soares fixa um cabaz de compras em que não entram produtos essenciais como as batatas, a carne e o peixe frescos, as rendas de casa e os medicamentos, só para não falar de tantos outros produtos de primeira necessidade e, mais do que isso, tem a ousadia de aumentar os preços dos produtos que inclui no ridículo cabaz feito a pensar não nos trabalhadores, mas nos grandes comerciantes e nos seus patrões das multinacionais.

Se o custo de vida subir tanto em 1977 como em 1976, e tudo indica que subirá mais, e se os trabalhadores portugueses aceitassem o capitalismo de miséria do dr. Soares, da «sua» Europa e dos seus amigos Carter e Carlucci o que aconteceria no fim deste ano?

Muito simplesmente um salário de 6 contos no início de 1976 valeria 4 contos e quinhentos no final deste ano! Isto é, não se trata de apertar o cinto porque os furos nem sequer chegam!

4. Contra esta política de recuperação capitalista só há um caminho: O caminho da resistência popular activa.

O MES, organização comunista e revolucionária, chama todos os trabalhadores a engrossarem o caudal da luta diária contra a política antipopular, antipopular e de submissão ao imperialismo do falso Governo socialista.

Derrotar a recuperação capitalista e esmagar o renascimento do fascismo que ela alimenta não será possível sem a luta frontal com todas as forças do autoritarismo burguês que patrões e Governo utilizam contra os trabalhadores. Quem não aceitar o Pacto Social de miséria já sabe que conta com a repressão como a da GNR nas herdades colectivas e na Riopelle, como a dos patrões que sentem as costas quentes como na Mavieste, como a da PSP nos despejos das famílias pobres das grandes cidades.

O MES chama assim todos os trabalhadores a defenderem pela luta as conquistas que pela luta foram alcançadas, a cercarem fileiras no caminho da unidade e organização popular para resistirem activamente à ofensiva burguesa que vai crescendo, a engrossarem o caudal dos que lutam por uma alternativa popular e revolucionária para a crise, por um Governo de independência nacional que sirva os interesses do povo e não os do patronato e do imperialismo.

NÃO AO PACTO SOCIAL DA MISÉRIA E DO DESEMPREGO! RESISTÊNCIA POPULAR ACTIVA!

Lisboa, 27 de Fevereiro de 1977  
O Secretariado do Comité Central do MES



Soares dá «justificação teórica» para a política reacçãoária do Governo PS: «A realização ou a construção de um socialismo em Portugal, independente da evolução para o socialismo de outros países da Europa Ocidental exporia o Povo português aos maiores sacrifícios, e seria, necessariamente, um socialismo da penúria, isto é, da miséria e um socialismo totalitário da opressão».

## Integração europeia - no caminho do socialismo?

Afirmção demasiado bombástica para que se possa levar a sério é a do dr. Soares quando diz que a construção do socialismo em Portugal passa pela integração plena na Comunidade Económica Europeia (CEE).

De facto porque nasceu o Mercado Comum? Na origem da CEE estão as aspirações e objectivos das burguesias europeias de criação de um pólo económico e político susceptível de se opor tanto aos Estados Unidos como a União Soviética, no novo quadro de relações de força do pós-guerra.

Foi este mercado, mais vasto do que os dos Estados nacionais europeus que permitiu que se estabelecessem na Europa as estruturas da economia capitalista moderna. Nem outra coisa se pretendia, tal como se diz nos articulados do tratado de Roma: o que se quer obter é «a abolição entre os Estados membros dos obstáculos à livre circulação das pessoas, serviços e capitais».

Mas quem beneficiou afinal da extensão do mercado à escala europeia foram as filiais na Europa das empresas americanas, graças ao avanço tecnológico e à superior capacidade financeira que lhes permitiam suportar mais facilmente a concorrência para a conquista de mercados.

Existem, é certo, fracções das burguesias europeias francamente interessadas no desenvolvimento das instituições comunitárias. Mas o seu peso e dimensão face ao patronato «internacional», isto é, às multinacionais.

Os custos crescentes da energia, nomeadamente o petróleo, têm vindo a liquidar todas as pretensões concorrenciais «europeias» e «consolidarem, em conjugação com a dominação financeira do dólar no sistema monetário internacional, o poder económico e político do imperialismo americano e das multinacionais dele originárias».

Não se viam, porém, pois, caminhos viáveis à criação de um «patronato europeu» unido por cima das fronteiras fixadas pela 2.ª Guerra Mundial. Mas é, contudo, este projecto derrotado à partida, que Soares aponta aos trabalhadores portugueses a «porta» para a sociedade nova, para o socialismo!

Os empréstimos do Governo  
Que o Governo prossegue a sua política de submissão ao imperialismo, prova-o a recente autorização de negociar (mais um) empréstimo com o Governo americano, através da Agência para o Desenvolvimento Internacional (A.I.D.).

Para quem não saiba, convém esclarecer que a A.I.D., sob a capa de um auxílio «humanitário» para ajudar o crescimento económico dos países em vias de desenvolvimento, serve essencialmente para introduzir agentes da C.I.A. nos circuitos económicos e policiais desses países e treinar os seus agentes nos métodos refinados da moderna detecção de «agentes subversivos» e na tortura dos presos.

A este propósito, lembramos o que aconteceu no Uruguai, onde Dan Mitrone, ex-policia especialista em torturas e agente da C.I.A. operava na América Latina como «funcionário da A.I.D.», tendo sido raptado e, posteriormente, executado pela organização revolucionária Tupamaros. O caso, de resto, foi amplamente comentado em todos os países progressistas e democráticos e foi até objecto de um filme («Estado de Sítio») que narra, veridicamente, o sucedido, e denunciava essa situação.

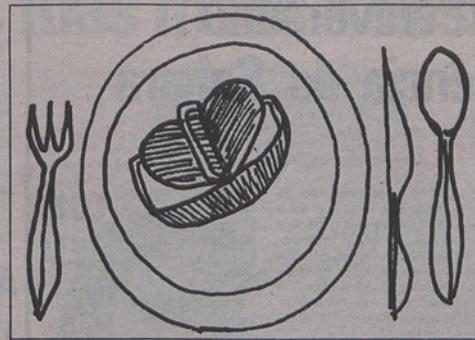
Criada a Associação Cultural Fraternidade Operária  
Durante esta semana foi tomado público a criação da Associação de cultura socialista — Fraternidade Operária.

# O cabaz de (muito poucas) compras

Anunciado há vários meses como a receita mágica para resolver os problemas alimentares dos trabalhadores portugueses, o Cabaz de Compras saiu finalmente. Não sem que antes alguns «ajustes» de preços tivessem sido feitos. E o caso, entre outros, do pão, do leite e da carne, estes dois últimos, como toda a gente sabe, a começar pelos srs. ministros, de muito pouco valor alimentar e como tal perfeitamente «dispensáveis».

O Movimento Sindical, em reunião do Conselho Nacional de Rendimentos e Preços (C.N.R.P.), o organismo oficial onde tem assento em entidades governamentais e representantes dos patrões e dos trabalhadores,

res, alertara já para algumas questões fundamentais. Depois de ter chamado a atenção para o facto de os produtos do cabaz de compras propostos pelo Governo apenas representarem 32 % das despesas das famílias que estão incluídas nos escalões de rendimentos anuais compreendidos entre 30 e 180 contos (2500\$00 e 15 000\$00 por mês, respectivamente), defendeu a inclusão de bens como medicamentos essenciais, livros escolares, rendas de casa e vários produtos alimentares básicos, assim como a possibilidade de se exercer um controlo sobre o preço de alguns destes bens, com a participação do Movimento Sindical, como forma de combater a especulação.



Cabaz. Uma ementa que nos vai dar muitos amargos de boca

## ... e o salário (in)suficiente para o comprar

Enquanto faz sair esta «maravilha» de cabaz, o governo do dr. Soares fizera já publicar um decreto-lei (o n.º 49-A/77) que pretende regular os aumentos salariais, limitando-os a 15 por cento. Para bem dos trabalhadores e da economia, já se vê! Mas vejamos quem é que de facto ganha com ele.

Só no mês de Janeiro deste ano, os preços no consumidor da alimentação e bebidas aumentaram 11 por cento ao longo de todo o ano de 1976 e o custo de vida subiu na ordem dos 30%. A aplicação daquele decreto

representa pois um abate brutal do poder de compra dos trabalhadores. Por outro lado, a ser aplicado uniformemente um tal aumento, na contratação colectiva, sobre todos os vencimentos, como foi o caso da função pública, irá provocar um alargamento do leque salarial e consequente reforço dos privilégios daqueles que já eram os mais privilegiados, reforçando as hierarquias e o autoritarismo dos chefes nas empresas. Sem os quais não se consegue extrair a tal não-valizinha tão necessária



Zenha — o deputado socialista que só reparou na subida dos preços porque a mulher lhe disse...

## ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE LEIRIA DO MES Soldados americanos passeiam-se na cidade

O Governo «sobrevive» graças aos empréstimos «generosos» dos «países amigos» — nos últimos meses, 95 por cento destes empréstimos devem-se ao investimento dos EUA e do subimperialismo europeu através da RFA. Mas se os empréstimos resolvem os problemas do Governo, NÃO RESOLVEMOS OS PROBLEMAS DO POVO E DO PAÍS.

O sr. Primeiro-Ministro lá vai, mais uma vez, Europa fora, de chapéu na mão, mendigar mais umas migalhas para o seu Governo e «defender» a Independência Nacional rogando a entrada do nosso país na CEE — organização económica do capitalismo europeu, intimamente ligada ao capital internacional imperialista. Quais

são os benefícios que daí advêm para o Povo trabalhador? O aumento da dependência económica e política do nosso país ao capital internacional.

Por outro lado, a intervenção militar estrangeira em Portugal é cada vez maior e mais descarada. Enquanto o reformismo, que antes do 25 de Abril embandeirava em arco com «Portugal fora da NATO e NATO fora de Portugal», cala vergonhosamente.

A troca da «oferta» de meia dúzia de aviões (em que o embaixador Carlucci se passeou ostensivamente, como já o havia feito nos tanques de St.ª Margarida), agora estacionados na B.A. 5 de Monte Real; soldados americanos pas-

seiam-se provocatória e arrogantemente pelas ruas da cidade de Leiria, como em Porto Rico ou qualquer colónia americana, só faltando a «chibata» e o «chapéu colonial» que por certo usariam em Angola não fora a heroica resistência do Povo Angolano e o Internacionalismo militante do glorioso Povo de Cuba.

A fim de «clarar» ainda mais a situação, o quartel de Leiria (RAL) passará para as mãos da NATO. Numa zona estratégica da Reg. Militar Centro e a par com várias bases militares estrangeiras em território nacional, esta será mais uma sob comando imperialista.

O Secretariado do núcleo de Leiria do MES

endo esse pagamento no caso de haverem greves. Sem chegarem a este extremo, as forças reformistas, contudo, pressionaram no Congresso de Todos os Sindicatos no sentido de ser adoptada uma posição conciliatória face ao «Pacto Social», do tipo «Sim, mas vamos lá negociar isso...». Só a atitude firme dos sindicatos sob direcção revolucionária conseguiu impedir, no imediato, que tal orientação fosse avançada. Mas só a atitude firme de todos os trabalhadores nos respectivos locais de trabalho impedirá a sua aplicação prática, pois nem o patronato irá desistir de o impor nem os revisionistas irão desistir de o negociar.

A burguesia tentará com ele conseguir atingir dois objectivos: por um lado restabelecer a disciplina e as hierarquias nas empresas — ou seja, pôr a «malta» toda a trabalhar o mais tempo possível e o mais sossegadamente possível, acatando respeitosa e humildemente todas as ordens e pontapés no cú que os «superiores» lhes queiram dar — e, por outro lado relançar o processo de acumulação do capital — ou para usarmos a linguagem dos srs. ministros: «relançar a economia».

Vejamos como estas coisas se passam no dia-a-dia da exploração e opressão capitalistas.

# A desinformação vai de vento em popa

A desinformação vai de vento em popa neste País. O 25 de Novembro serviu de pretexto para sanear os elementos de esquerda que trabalhavam na Rádio e no TV.

A partir daí, o Governo PS não tem hesitado em colocar estes poderosos meios ao serviço da sua propaganda. De facto os noticiários únicos que ainda hoje se mantêm na RDP, bem como os Telemjornais passaram a ser estreitamente controlados por homens de confiança do PS (apenas com uma ou outra infiltração consentida de elementos mais à direita). Também a restante programação passou a estar sujeita a critérios políticos definidos pelo poder.

Tudo isto com o maior desprezo pelo que consta da Constituição. Por exemplo: os períodos garantidos pela Constituição a propaganda partidária ou ao Movimento Sindical continuam por cumprir.

Mas tudo isto não basta ainda! Surge agora feita por 24 trabalhadores a denúncia de censura no telemjornal! E isto acompanhado das fotocópias dos textos cortados pelo lápis azul!

Como já vai longe a época em que o PS denunciava as «manipulações» da informação, clamando pelos «liberdades», e pelo «pluralismo». Mudam-se os tempos...

## Lá como cá...

A propósito das recentes fugas de informações secretas nos EUA, o novo presidente Carter afirmou ser necessário restringir ainda mais o acesso às mesmas — quando, ao acreditar-se na tão falada «nova imagem» da sua administração, seria de prever era que «abrandassem» essas mesmas actividades.

Mas o mesmo, ou idêntico, é o que se vê passar em Portugal. Manuel Alegre, ao tomar medidas sobre a recente «fuga de documentos» (na terminologia oficial) que denunciam a censura na TV — num comunicado público de 24 redactores do Telemjornal com fotocópias incluídas (onde por exemplo se vê listada a palavra de ordem «Democracia, sim! Fascismo, não!»), numa manifestação em Itália — acaba por decidir «... que se proceda a um inquérito à actividade da administração da RTP e à sua eventual responsabilidade quanto às circunstâncias em que foram divulgados publicamente documentos que põem em causa a imagem daquela empresa pública».

Como afirmariam os delegados sindicais da RTP, «é bastante preocupante que se estabeleça como objectivo para o inquérito ordenado pela Secretaria de Estado da Comunicação Social, não o apuramento das responsabilidades daqueles que praticaram actos de censura contrários ao espírito e à letra da Constituição e da Lei de Imprensa, mas a averiguação das responsabilidades pela alegada fuga de documentos que permitiram denunciar esta situação antidemocrática e inconstitucional».

Para concluir, alguns exemplos das práticas em vigor na censura da Informação televisiva: — dividem-se as notícias em «estabilizadoras» e «desestabilizadoras», para depois se aplicar um critério de selecção, corte, ou supressão pura e simples; — uma directiva geral prescreve o máximo de despoliticização e despolimentação dos programas a apresentar;

— uma outra directiva mandava «salientar a turbulência do Verão gonalcalista e a actual-mia introduzida pelo 25 de Novembro»; — proibiu-se a transmissão da primeira manifestação pela libertação do major Otelo, e de resto também a sua oferta à Eurovisão; — proibida a reportagem sobre o lançamento do livro de Lopes Cardozo «Luta pela Reforma Agrária»; — proibida a transmissão da conferência de Imprensa dos advogados dos militares acusados no «Relatório das Sevilhas»; — proibiu-se uma conferência de Imprensa de um jornalista australiano sobre a luta da Fretilin.

# O avanço da direita e a dependência externa

Intensificam-se os actos de terrorismo bombista. Três deflagrações na madrugada de sexta-feira; mais três no domingo.

Estes factos coincidem com o termo do prazo marcado num último fascista recente assinado por uns tais «Comandos Democráticos do Norte» que exigem do Presidente da República a libertação dos «acusados injustamente no chamado processo bombista que combateram pelo 25 de Novembro e pela actual Presidente da República».

Lembramos que em vez de tal libertação, veio a público o texto da nota de culpa dos bombistas, incriminando os principais suspeitos, entre eles o ex-comandante da PSP do Porto, Mota Freitas.

## REFORÇO DAS POSIÇÕES DE DIREITA NAS FORÇAS ARMADAS

Este facto poderia ser interpretado como sintoma de estabilização e de reforço das posições dos militares constitucionistas, se outros, de sinal contrário, não desmentissem tal análise.

Enquanto na Riopelle e na Mavieste elementos da GNR agrediam trabalhadores em greve (direito constitucionalmente garantido), Rocha Vieira, em Lamego, afirmava que «o Conselho Superior de Disci-

plina Militar deverá brevemente apreciar procedimentos de alguns oficiais cuja acção se define claramente atentória da dignidade da instituição militar». É a primeira vez que o chefe de Estado-Maior do Exército mostra intenção de ceder às pressões dos militares de extrema-direita que pretendem impor castigos por via administrativa (sem julgamento nem hipótese de recurso) a muitos dos principais militares do 25 de Abril, suspensos após o 25 de Novembro.

Entretanto Hugo dos Santos, chefe da Região Militar do Centro, acusa o PCP e FEPU de «infiltrações». Interessa realçar que estas afirmações assinalam o crescer de arrogância da direita militar. Estas acusações não passam de poeira para os olhos com que a direita pretende desviar a atenção das suas próprias manobras no seio do Exército. Ou será que a direita não tem infiltrações nas Forças Armadas? Pires Veloso (que tem apoiado o bombista Mota Freitas), Souza Cruz e Soares Carneiro não se metem em política?

Aliás, o último destes militares não é alheio às declarações de Hugo dos Santos. A sua colocação no comando do Regimento de Infantaria de Abrantes está na origem da sua actual influência sobre o Comando da Região Militar do Centro.



Soares e Firmino Miguel. Juntos caminhando para onde?

Soares Carneiro tem ultimamente funcionado como personalidade aglutinadora das tendências de direita nas Forças Armadas, de modo a surgir como alternativa ao actual Presidente da República. Tem vindo progressivamente a substituir Pires Veloso neste papel, já que a figura do Comandante do RMN começa a estar «desgastada» perante a opinião pública.

## DEPENDÊNCIA EXTERNA

A subida de peso da direita militar liga-se à cada vez maior dependência (o poder chama-lhe «integração») em relação à NATO e ao poderio militar americano. Esta semana,

mais uma «amistosa» visita gráuda — o almirante Hill Norton, presidente do comité Militar da NATO. E desenvolvem-se os planos de cooperação militar; aliás neste domínio, parece não haver para os americanos, problemas quanto às despesas a fazer... Não é por acaso que levantaram tanta celeuma as afirmações de Vasco Lourenço de que o Exército Português não aceitaria critérios de ordem política em relação aos militares destacados para a Brigada da NATO. É que realmente os sectores mais direitistas nada têm a perder com a intervenção americana nestes assuntos internos das Forças Armadas Portuguesas...





# FRENTE POLISÁRIO Comemora 1.º aniversário da Independência do Sahara

## Saudação do MES

Neste 1.º aniversário da Constituição da República Saaraui Democrática, o MES — Movimento de Esquerda Socialista sauda calorosamente os camaradas da Frente Polisário bem como os heróicos combatentes e todo o povo saariano que lutam pela expulsão dos invasores a soldo do imperialismo.

Os militantes do nosso Partido, que fizeram da luta contra o colonialismo português uma das principais frentes de com-



O delegado da Frente Polisário, no uso da palavra como convidado do MES, no nosso II Congresso

bate, pondo assim em prática os princípios do internacionalismo proletário, têm plena consciência da importância das lutas de libertação dos povos colonizados, para que sejam varridas do mundo todas as formas de exploração e de opressão.

Ao mesmo tempo, nós podemos afirmar que, tendo estado submetidos a um regime colonial-fascista, também conhecemos o drama de um povo que é obrigado a fazer uma guerra injusta para submeter outros povos.

E através desta nossa experiência que podemos afirmar

aos heróicos combatentes da Frente Polisário que o duro combate que estão a travar não só levará à vitória, como é um contributo importante para o derrube dos regimes opressores que organizaram a invasão da vossa pátria e para a derrota final do imperialismo.

Viva a luta do povo saariano!  
Abaixo o imperialismo!  
Viva o internacionalismo militante!

Lisboa, 24 de Fevereiro de 1977

O Secretariado do Comité Central do MES



O camarada Nuno Teotónio Pereira, do C. C. do nosso Partido, que integra a delegação do MUP que partiu no dia 25 para uma visita à República Árabe Saharaui Democrática, a convite dirigido pela Frente Polisário, vanguarda revolucionária do povo do Saara.

não visa senão a desmobilização do nosso povo e reitera o seu total apoio à luta do povo do Sahara e à sua vanguarda revolucionária, a Frente Polisário.

Viva a RASD  
Viva o Internacionalismo Proletário!

## COMÍCIO EM LISBOA

O Comité de Amizade Portugal/Frente Polisário assinalou em Lisboa no passado dia 27 de Fevereiro a passagem do 1.º Aniversário da Proclamação da Independência da República Árabe Saharaui Democrática — RASD.

A independência do Ex-Sahara Ocidental e o nascimento da RASD é o resultado da concretização das aspirações das massas populares saharauis e fruto da luta sem tréguas contra o Colonialismo e o Imperialismo.

O MES empenhado na mesma luta, a luta pela libertação de todos os Povos explorados e oprimidos, esteve presente e apoiou o Comício levado a cabo pelo Comité de Amizade Portugal/Frente Polisário no Instituto Superior Técnico.

A reacção não deixou de actuar contra mais este acto de solidariedade com o povo Saharaui, tendo feito deflagrar um engenho explosivo cerca do local onde decorria o comício. O MES repudia mais esta acção terrorista que mais

## ALEMANHA

### O escândalo das "interdições profissionais"



Dezenas de organizações e milhares de pessoas subscreveram já o apelo da Fundação Russel para a Paz, no sentido de ser criado um Comité Federal da Alemanha (R.F.A.), que possa constituir um valioso instrumento de alarme e denúncia da repressão política exercida naquele paraíso social-democrata.

As «interdições profissionais» são as mais tristemente famosas das medidas repressivas da burguesia alemã, permitindo despedir ou recusar emprego a quem muito bem entendam, atingindo o conjunto de forças de esquerda na Alemanha.

A base legal destas «interdições profissionais» foi votada em 1972, tanto pelos sociais-democratas (SPD) como pelos democratas-cristãos (CSU-CDU) e exige que os funcionários públicos «estejam sempre prontos a defender a ordem liberal fundadora e a Constituição». Na Alemanha, respeitar a Constituição significa a mesma coisa que ser um dócil laiaço da ordem estabelecida.

Em cinco anos foram detectados cerca de 3.000 casos de «interdições profissionais» aplicadas tanto no sector privado como no sector público.

Os estudantes universitários, por exemplo, têm de fazer estágios antes dos exames finais. Se houver alguma dúvida sobre a sua «lealdade» à ordem estabelecida, bem podem procurar emprego! Os patrões aplicam os mesmos critérios na admissão do pessoal, e despedem legalmente os trabalhadores demasiado à esquerda ou exageradamente comprometidos nas actividades sindicais.

Para mascarar democraticamente esta repressão, formou-se um Conselho para a protecção da Constituição, encarregado de proceder aos inquéritos necessários para determinar a «lealdade» dos cidadãos.

«O «suspeito» recebe uma

carta advertindo-o de que existem dúvidas sobre a sua lealdade à Constituição, pelo que terá de se submeter a um inquérito apropriado. É convocado para um ou vários interrogatórios. Perguntam-lhe o que entende por socialismo e por marxismo, porque é que fez parte de tal organização ou tal comité de apoio, porque é que foi viajar a um país do Leste, porque é que participou em tal manifestação, etc., etc.». São constantes as intromissões no passado distante e na vida privada e nada do inquérito tem a ver com as qualificações profissionais do indivíduo suspeito. Por fim, recebe uma carta comunicando-lhe que lhe é recusado o emprego ou que terminou o seu contrato de trabalho.

Centenas e centenas de trabalhadores, sindicalistas, estudantes, professores, técnicos e intelectuais têm-se visto assim lançados no desemprego ou esperam indefinidamente uma prometida colocação.

As «interdições profissionais» são uma das principais medidas repressivas destinadas a combater as lutas da classe operária e as greves, a desmantelar o movimento estudantil, a impedir o trabalho das organizações políticas de esquerda, a eliminar os trabalhadores combativos.

Mas na Alemanha social-democrata, que reprime a esquerda para «fazer respeitar a Constituição» e permite a realização do Congresso da Internacional fascista, é crime denunciar a existência das «interdições profissionais»! Há uma lei que classifica o que o fizer como «demagogia profissional» e lhe aplica uma pesadíssima multa!

A liberdade de expressão é um mito. O art.º 88.º do Código Penal pune com três anos de prisão «quem produzir um texto que incite a um delito contra a República e os seus princípios constitucionais».

É simples perceber o que isto quer dizer!...

## ESPANHA

### O povo luta pela democracia

Depois da aprovação pelas Cortes das reformas propostas pelo Governo de Suarez, seguiu-se o referendo de 15 de Dezembro de 1976, que constituiu uma clara vitória do neofranquismo.

O Governo conseguiu quebrar na prática a unidade da oposição antifranquista, que agrupava na POD (Plataforma dos Organismos Democráticos) sectores desde a direita democrata-cristã até à esquerda revolucionária. A oposição abandonou as reivindicações próprias da famosa «ruptura democrática» (liberdades fundamentais, amnistia geral e governo provisório) e entrou conciliatoriamente na negociação com o regime. No início de 1977, praticamente todas as organizações políticas do Estado espanhol, preocupam-se somente com as eleições para a próxima Primavera, debatendo apenas as «regras do jogo». Parece portanto consolidar-se a vitória do reformismo neofranquista de Suarez, no sentido de assegurar à classe dominante um regime político adequado à exploração democrática e europeia dos trabalhadores e dos povos de Espanha.

Os sociais-democratas do PSOE e os revisionistas do PCE vêm ajudar civicamente o triunfo deste projecto. A esquerda revolucionária, dividida, não superou ainda alguma confusão e inexperiência e não se revela, para já, capaz de fornecer uma alternativa popular para a crise.

Mas, não acontecem quarenta anos de ferocidade fascista impunemente. Os fascistas da Falange e do Movimento social influentes no aparelho de Estado, na administração pública, nas Forças Armadas e forças militarizadas, As Forças Armadas detêm

no processo político de liberalização uma influência considerável. Com um quadro de oficiais de pelo menos 30000 profissionais e mais de 500 oficiais gerais, com um espírito de casta e isolamento social acentuados, podemos caracterizá-los politicamente em três grandes sectores:

— a grande maioria dos oficiais superiores, fascistas que fizeram a guerra civil, colaboram activamente com a policia secreta e a Guarda Civil e estão por detrás das «Brigadas do Cristo-Rei» e outras ramificações terroristas;

— a grande maioria dos oficiais dos postos intermédios, claramente neutralista e que é a base de apoio fundamental ao reformismo neofranquista de Suarez e Juan Carlos;

— uma minoria de subalternos, influenciada pela União Militar Democrática, de orientação claramente antifascista, e que é a correspondência militar da plataforma civil da Coordenação Democrática.

Ao nível dos sargentos, cabos e soldados apenas se conhece uma organização incipiente, a União Democrática dos Soldados, de formação recente.

Mesmo nas forças militarizadas, acontecimentos recentes atestam progressos da organização democrática dentro do próprio aparelho repressivo franquista.

Mas os sectores fascistas não vêm com bons olhos as reformas de Suarez porque não aceitam um lugar subalterno no concerto de forças da burguesia. Organizam-se clandestinamente e sob diversas camuflagens, lançam acções terroristas que gozam de impunidade. Assesinam estudantes e advogados de esquerda e fazem o mesmo, provocatoriamente, a policia. O resultado

está à vista. O governo de Suarez proibe manifestações e reprime a esquerda revolucionária. A pretensão de manter a «ordem, paz e tranquilidade» e «combater os extremismos». Mas face aos últimos assassinatos os trabalhadores responderam com firmeza, desencadeando grandes greves políticas. O aparato policial do reformismo neofranquista, não conseguiu impedir por todo o Estado espanhol, com particular relevo no País Basco, em Madrid e na Catalunha, que a classe operária e o povo manifestassem em numerosas e massivas assembleias, comícios e manifestações o seu ódio ao fascismo e a sua vontade de lutar sem tréguas pela democracia.

Os êxitos do projecto reformista de Suarez, nomeadamente o referendo, alertam para a necessidade das forças revolucionárias se dotarem de uma táctica correcta na intervenção eleitoral da próxima Primavera.

Os revolucionários de Espanha encontram largo campo para essa intervenção devido à politica conciliatória dos revisionistas do PCE e sociais-democratas do PSOE. As exigências democráticas de desmantelamento de todo o aparelho repressivo do Estado franquista, do afastamento da casta fascista dos postos-chave da administração e das FFAA, da total liberdade de acção, organização e propaganda para os organismos democráticos populares, sindicais e políticos, só os revolucionários se podem encabeçar consequentemente a acção conciliatória dos oportunistas, sociais-democratas e revisionistas, perante as massas e ensaiando uma correcta politica de unidade.

A experiência de luta eleitoral em Portugal é, deste ponto de vista, uma fonte de ensinamentos que os revolucionários, que no Estado espanhol lutam pela democracia, não podem ignorar.

## Os financiamentos da CIA

que a CIA efectuara pagamentos secretos para financiamento de actividades do Partido Social-Democrata Alemão, o parecer nº 31, diga-se, do PS português, e de Mário Soares.

Estranho «socialismo» este para cuja causa até a C.I.A. contribuiu!

Mas apesar de rapidamente surgirem apressados desmentidos da própria administração Carter, o que é certo é que isso mesmo (e outros casos) não é revelado por um manuscrito confidencial da CIA que chegou às mãos e foi transcrito num livro da autoria de dois antigos secretários, um do di-

rector-adjunto da C.I.A. e o outro dos serviços de espionagem da Secretaria de Estado.

Só que posteriormente a CIA recorreu para o tribunal, numa tentativa para conseguir que os nomes mencionados no livro e algumas das suas passagens fossem cortados, o que logrou alcançar, sob o argumento de que a publicação poderia causar danos graves e irreparáveis para os interesses dos EUA.

O livro acabaria por ser publicado em espaços em branco, relativos às informações que a CIA dessa forma conseguiu fazer suprimir, por decisão judicial mas não sem que

essas passagens acabassem por vir a lume.

Tem-se procurado, agora, e mediante a própria intervenção do presidente Carter, librar essas personalidades políticas (além de Brandt, alguns presidentes africanos, o antigo ditador do Vietnamo do Sul, Van Thieu, e o rei Hussein da Jordânia).

Mas o mais curioso é que acabou por ser o próprio Hussein, aliado imperialista, que veio publicamente confessar, em entrevista concedida a uma revista internacional, a existência desses pagamentos secretos.

# MULHER — nas tuas mãos a nossa força!

Celebra-se no próximo dia 8 de Março mais um Dia Mundial da Mulher Trabalhadora. Pela terceira vez o órgão central do nosso partido assinala essa data; assim, no «Esquerda Socialista» de Março de 75 podia ler-se que a proposta de Rosa Luxemburgo de fazer do 8 de Março de cada ano, o Dia Mundial da Mulher Trabalhadora, foi aprovado por unanimidade em 1910 durante a Conferência Internacional da Mulher em Copenhaga. Mais adiante explicava-se que «os acontecimentos que estão na origem desta tomada de posição decorreram dois anos antes em Nova Iorque quando um grupo de operárias da fábrica têxtil Cotton entraram em greve para conseguirem melhores condições de vida e de trabalho. Encerradas pelos patrões dentro da fábrica, para que não contactassem os sindicatos e impedir da parte destes o apoio à sua luta e o alastramento da greve a outras fábricas; queimadas pelo violento incêndio que subitamente se propagou poucas foram as que conseguiram romper as barricadas que as mantinham presas e escapar com vida».

Considerava-se ainda que a decisão de celebrar o dia 8 de Março significava o «resultado da tomada de consciência de todo o movimento operário do problema específico do proletariado feminino e também um empenho enquanto movimento de massas em enfrentá-lo consequentemente, perspectivando-o no contexto global da luta pelo socialismo».

Alertando, assim, para o facto de existir um «problema da mulher» que tem de ser enfrentado e perspectivado politicamente «dentro de uma linha claramente definida e traçada por uma organização revolucionária que, assumindo a totalidade dos interesses das massas populares exploradas as conduza na luta contra a sociedade que as explora. Só este tipo de organização está em condições de fornecer uma estratégia global de luta».

«Isto significa necessariamente que a mulher para se libertar e emancipar deve assumir um comprometimento político consciente e consequente.»

Em Março de 76 o «Poder Popular» avança mais um passo, recordando o papel significativo da mulher nos movimentos de libertação das ex-colónias portuguesas, em Cuba, no Camboja, no Vietname, etc. «As lutas de libertação, nas quais a participação activa da mulher não se distinguem da do homem, permitem que se ultrapassasse o fatalismo da inferioridade feminina. «Devido à necessidade sentida por esses povos de aproveitar todos os esforços disponíveis, a mulher lutou heroicamente em todas as frentes, fazendo avançar e consolidar a Revolução, desferindo golpes tremendos às forças colonialistas e reacção-nárias.» (Samora Machel).

É ressaltada a necessidade de consciencialização e emancipação da mulher, e avança-se na afirmação das capacidades revolucionárias da mulher-operária como factor importante «não só na sua emancipação, mas também na luta mais geral de todo o proletariado. Numa frente de luta que se desenvolve diariamente, na fábrica, no bairro, no lar, etc., e que se integra na luta mais geral de todos os trabalhadores contra a dominação da sociedade capitalista».

Hoje, decorridos quase três anos após o 25 de Abril, podemos afirmar que a mulher é uma necessidade fundamental da Revolução. Recordemos as palavras de Lênine a propósito da luta das operárias têxteis de Petrogrado que no dia 8 de Março de 1917 desceram à rua exigindo pão, tendo conseguido aliar a si os soldados e os operários, iniciando assim a ofensiva que levaria à Revolução «... a atitude das mulheres proletárias foi soberba. Sem elas, é provável que não tivéssemos vencido».

Podemos ainda afirmar que alguns (poucos) passos em frente foram dados. Encontramos mulheres organizadas em comissões de moradores e até em comissões de trabalhadores, mais raramente à frente de sindicatos. Encontramos mulheres à frente de processos de luta, de norte a sul do País, enfrentando despejos e ocupações, quer em bairros quer em herdades, na Reforma Agrária ou nos bairros de barracas dos grandes centros urbanos.



Como homenagem ao 8 de Março fomos ouvir uma mulher trabalhadora portuguesa.

Alda, 38 anos de idade e o dobro marcado na cara e no corpo pela fome, trabalho, miséria, sofrimento e dor. Moradora na Quinta da Calçada, bairro semicamarrário, semi de lata.

Noves filhos, «doze na realidade, pois tive de abortar um par de gémeos e um outro...»

Filha de operários, pai carpinteiro e mãe operária têxtil. «Em casa dos meus pais levava-se uma vida muito difícil. Éramos seis filhos de um pai alcoólico que comia sempre na taberna e ganhava 40\$00 por mês. Dormíamos todos no mesmo quarto que era uma barraca na Pontinha».

Dos três aos sete anos, Alda é posta no Proventório Gomes Pereira — Casa de Caridade — e depois «a minha mãe, praticamente deu-me a uma senhora (que gostava de ter dois filhos) para me criar e lá fiquei

atê aos dez anos. Lá aprendi a ler e isso foi muito bom porque eu tinha muita vontade e muito gosto nisso. Frequentei a escola só três meses, mas fiz a 3.ª classe. Passei lá o meu bocado, se passei a encheria era neurótica e enchi-me o corpo e a cabeça de pancada. Tinha a mania que eu a roubava...»

Aos dez anos Alda já estava a servir. «Tinha aprendido com a senhora como se fazia para tratar de uma casa e como a aprendizagem estava feita e ainda não aceitavam pessoas com a minha idade na fábrica, fui servir. Ganhava 50\$00 por mês e não tinha horário, ou seja, era trabalhar até que as senhoras burguesas lhes atecessem! Mas pelo menos tinha onde dormir, comia o que elas me davam (porque sabiam que comíamos tão mal que as exigências não podiam ser muitas), mas comia sempre e certo e ainda tinha a roupa.»

Criada de servir dos dez aos

quatorze anos entra com essa idade para a fábrica. «Comecei a namorar e sentia-me muito reprimida pela patroa. Queria mais liberdade. Foi então para Palma trabalhar numa fábrica e voltei a viver em casa dos meus pais. Foi quando a minha mãe começou a embriagar-se e não havia pão. Os meus irmãos que não estavam empregados andam às esmolas deste e daquele porque os 40\$00 do meu pai e os nossos poucos e magros salários mal chegavam agora para o vinho... Eu ganhava \$50 por mês! Tinha de sair daquele ambiente de miséria e degradação e voltei a servir. Sempre era outro conforto. Parecia-me que tinha tudo, casa, roupa e comida certa.

Pagaram-me primeiro 50\$00, depois 100\$00 e aos quinze anos cheguei a ganhar 180\$00 por mês, que iam directamente para a minha mãe. Para mim era uma pequena fortuna, pois naquela altura não tinha ainda consciência do que tudo isto era de alienação!»

Alda volta à fábrica, agora na Têxtil Grandela onde ganha dez escudos e aos 16 anos está casada. O marido, polidor de móveis, 21 anos, ganhava então 26\$00.

Com 22 anos vivia numa barraca na Picheleira onde mal cabia a cama e onde dormiam o casal e três filhos e um colchão ao lado para os outros três. Detas seis crianças, hoje adultos, todos sofrem de escoliose pelo frio e chuva que apanharam nessa altura.

Com o marido desempregado e não podendo pagar a renda da barraca, Alda inicia um processo de luta que a leva a conseguir a «casa» onde vive até 15 anos.

Com o 25 de Abril aparecem as C. M.'s. «Apesar de aqui

no bairro as pessoas ainda estarem um bocado atrasadas, sobretudo as mulheres, porque há falta de trabalho de esclarecimento e formação junto delas, formamos uma C. M. com 6 mulheres e 2 homens. Depois umas abandonaram por divergências, não políticas porque infelizmente não têm formação política, mas porque não percebiam bem o que se passava e depois a maioria é analfabeta e também não podiam por causa das suas vidas. Os maridos também não as deixavam participar. Eu também tive problemas desses, mas consegui-os vencer. Foram todas saindo, fiquei só e voltámos a formar nova C. M., agora com 4 homens e duas mulheres, eu e outra. Mas devido a divergências quanto às soluções a dar aos problemas do bairro, acabámos por sair as duas. Agora a C. M. é só homens e murchou um bocado. Apesar disso eles têm-me procurado muito porque sabem que andei sempre à frente dos processos de luta. Como eu acho que devia acontecer com todas as mulheres, porque somos nós que sabemos o que nos custa o leite, a manteiga, o pão, e como somos obrigadas a tirar à barriga dos nossos filhos (tantos deles doentes) para pagar as dívidas de que fala o dr. Soares.»

Para que a combatividade desta mulher como de todas as mulheres que lutam contra a exploração e opressão capitalista ganhe toda a sua dimensão, é necessário que a data de 8 de Março não seja apenas uma comemoração anual e isolada, mas sim o culminar de um esforço permanente de todos, mulheres e homens, na batalha comum contra o inimigo comum!

## QUINTA DAS FONSECAS moradores comemoram vitória

Os moradores dos bairros, Fonseca, Calçada, Covas e Torrinha de Lisboa depois do levantamento do embargo à obra de construção do novo bairro, que noticiámos no último P.P., e no sentido de comemorar essa vitória popular decidiram organizar uma festa que fosse ao mesmo tempo um dia de organização e luta.

Assim, no dia 27 de Fev. levaram para a frente um conjunto de realizações desportivas e culturais que incluíam a representação pelo seu grupo de teatro «O Arouto das Fonseca» de duas peças: «A luta do pobre contra aqueles que o sugam» e «As espingardas da Mãe Carrar» e a leitura de poemas pelo poeta popular António Machado. Em intervenções das direcções das Cooperativas «Unidade do Povo» e «25 de Abril» foi lembrado, que «esta vitória não se limita ao nosso bairro, mas que é uma vitória para todos os moradores pobres de Lisboa, pois que a luta é só uma» e que esta jornada vinha «dar força para a luta que continua até ao fim dos nossos bairros de lata, até ao fim das barracas em Lisboa».

A propósito deste embargo e da luta dos moradores pobres, o poeta António Machado escreveu:

I  
São uns «bons» fascistas mascarados de socialistas e que tentam atacar as nossas organizações para acabar com as Comissões para nos escravizar.

II  
A Luta Continua Nos bairros e na rua

III  
Contra esta reacção unir todos os moradores que são trabalhadores que têm direito à habitação.

III  
Construir um Portugal Novo é fazer casas para o povo. Assim é a Democracia Porque o povo é quem trabalha e não é essa canalha da infame burguesia!



## LUTA ESTUDANTIL

### Unidade contra a direita

As recentes vitórias de listas de unidade revolucionária para as direcções associativas da Escola Industrial (com 66 por cento dos votos contra a lista da U. E. C.) e do Magistério de Beja (lista única) colocam os revolucionários numa situação privilegiada: das três escolas existentes em Beja, têm presença em todas as direcções associativas!

Num momento em que a direita joga em força nas escolas temos de retirar as lições deste acontecimento — é que só, através de um correcto trabalho cultural de base, profundamente ligado aos anseios da juventude estudantil se pode quebrar a forte influência ideológica exercida pelas forças sociais-democratas e fascistas.

#### ESCOLAS DO MAGISTÉRIO: UMA PRIORIDADE NO TRABALHO ESTUDANTIL

As escolas do Magistério têm um papel político de relevo. Ai se formam as centenas e centenas de professores primários que, por sua vez, irão

formar (ou deformar!) a mentalidade das crianças portuguesas. Cardia, aliás, iniciou aí a sua longa série de medidas antidemocráticas...

Daqui a importância das derrotas que a direita tem vindo a sofrer em quase todas as escolas do Magistério. Para além de Beja, mais recentemente ganhou uma lista de «unidade e luta» para o Magistério do Porto e em Castelo Branco, nas eleições para o cargo de director da escola, o candidato da direita saiu derrotado, tendo ocupado o lugar de director o candidato apoiado pelas forças progressistas.

#### ENSINO SUPERIOR: O PROBLEMA DA UNIDADE

Este mês de Março vai ser decisivo para o movimento associativo.

Depois das eleições para as Assembleias de Representantes, em quase todas as escolas, vai haver eleições para as Direcções Associativas.

A questão da unidade vai estar na ordem do dia. O M. E.

S. tem defendido uma posição bem clara sobre a unidade: onde a divisão das forças progressistas abra caminho a vitória da direita, temos de promover listas de ampla unidade com base num claro programa de luta!

Neste sentido lutamos contra as manifestações de sectarismo da U. E. D. P. que têm feito com que, em muitas escolas, os G. D. U. P.'s apareçam aos olhos dos estudantes não como a força da unidade, mas como força de divisão!

#### I. S. E.: UMA TRADIÇÃO DE TRABALHO E LUTA QUE SE MANTÉM PRESENTE!

O I. S. E. continua uma escola progressista e democrática. Na maioria das faculdades do País, mercê de uma acutilante demagogia e explorando o avanço geral da direita, os reacção-nários do P. P. D. têm conquistado fortes posições nos órgãos de gestão.

No I. S. E., contudo e contra todos os reacção-nários, os re-

sultados eleitorais para a Assembleia de Representantes deram uma inequívoca vitória à lista revolucionária da direcção da Associação. Lista que o plenário do G. D. U. P. dera o seu apoio, e decisão que a U. E. D. P. veio a furar.

A lista revolucionária e de unidade da direcção da A. E. triunfou sobre a direita acantonada em torno da J. S., sobre a falsa alternativa da U. E. C. e sobre o sectarismo da U. E. D. P.

O Conselho Directivo, basicamente progressista e independente, apoiado por inteiro pelos revolucionários, igualmente constituiu uma grande vitória: eleito com 1800 votos a favor, por voto directo e universal, é forte machadada na «democracia representativa» do dr. Cardia e nos seus desejos de silenciar a força das massas estudantis!

Mais do que vitória de circunstância, trata-se de uma vitória da linha de trabalho revolucionário consequente que emerge da tradição de luta dos anos do fascismo.

## ISOLAR O FASCISMO NAS FORÇAS ARMADAS

## A ALTERNATIVA POPULAR

No último número do PODER POPULAR publicamos a primeira parte deste artigo que incluía a análise do avanço do fascismo nas Forças Armadas, o papel das «forças moderadas» e a tática da direita militar. Neste número criticamos as posições reformistas e esquerdistas e apontamos a alternativa popular de luta contra o fascismo nas Forças Armadas.

A última Resolução do Comité Central do MES refuta a tese do fascismo a curto prazo, afirmando expressamente que «o uso da força militar para golpear a Constituição e suprimir as liberdades democrático-burguesas não é sustentado senão por sectores militares da direita reaccionária e fascista não gozando de apoio completo de qualquer dos sectores burgueses, organizados partidariamente, nem sequer do imperialismo norte-americano». Ora esta posição não contrariará o teor do presente artigo, nomeadamente, quando este, na sua primeira parte, aponta como forças anticonstitucionais e golpistas os dois partidos burgueses reaccionários CDS e PPD?

Pensamos que a contradição é aparente e que resulta de uma talvez pouco clara abordagem do assunto nessa parte do artigo. Com efeito, o CDS e o PPD não dão o seu apoio, e muito menos o apoio completo às actividades de preparação e organização do golpe militar como objectivo a atingir na presente situação. No entanto estes partidos anticonstitucionais e golpistas juntam em torno das suas posições contra a Constituição, e em torno da sua prática de «golpismo constitucional», os militares golpistas e protegem a sua escalada aos postos de comando. E fazem-no numa forma descarada e consequente com os seus objectivos. Tacticamente essa escalada permite utilizar os militares fascistas como pressão de direita sobre os órgãos de poder e estrategicamente permite constituir uma força de reserva que, debaixo da direcção política destes partidos, poderá ter um papel decisivo numa eventual agudização das tensões a nível militar.

Por outro lado não é difícil a tais partidos, com a ajuda dos seus patrões americanos, desencorajarem a direita militar fascista de qualquer acção precipitada e aventureira, como seria o golpe militar a curto prazo que, como também se lê na resolução do CC do nosso partido, não é favorecido pela actual correlação de forças no terreno militar.



Na madrugada do 25 de Abril, os militares pelo povo, contra o fascismo

das forças fascistas no momento, leva-os a apregoar sempre o golpe para o dia seguinte.

Para os revolucionários trata-se, evidentemente, de tomar em conta a ameaça fascista, mas de lutar acima de tudo para que não se criem nem con-

dições objectivas nem subjectivas para que se concretize.

O combate ideológico e organizativo contra o esquerdismo torna-se em cada local de luta tarefa urgente e importante para as forças revolucionárias e para a concretização da alternativa popular.

## A Alternativa Popular

Para além daquilo que é exposto correctamente na «Frente de Luta nas FFAA» — (Cadernos SLEMES) há que clarificar certos objectivos táticos e os meios para os conseguir.

Daquilo que foi exposto fica bem claro que qualquer política de combate ao fascismo nas FFAA que não passe pela aliança com as forças moderadas (Constitucionais) que não saiba articular esta com o movimento popular e com um programa mínimo, impondo uma dinâmica revolucionária e popular estará virado ao fracasso e consequentemente ao avanço das forças fascistas e reaccionárias.

Para concretizar tal aliança será preciso não só condições objectivas para tal (que existem) como condições subjectivas que as forças progressistas e mais consequentes precisem de criar. O combate ao sectarismo (esquerda revolucionária/gonçalvistas, nove/gonçalvistas, etc.) ao espírito de casta militar e de grupo no Quadro Permanente, terá que ser trabalho paciente e dedicado de qualquer revolucionário.

Há que clarificar que os interesses do nosso povo estão acima destes interesses de grupo e que o inimigo (as forças fascistas) não perdurará os erros e o adiamento de resolução destes as forças progressistas e revolucionárias.

Desenvolver um trabalho de discussão entre estas forças criando progressivamente confiança mútua entre elas e a base de qualquer trabalho político.

Poder-se-á adiantar que na conjuntura presente há condições mínimas para que se oriente num só caminho o combate ao avanço do fascismo.

A unidade em torno dos pontos que a seguir indicamos, articulando estes objectivos de luta a nível do Aparelho político-militar com a luta popular a nível dos quartéis criará condições mínimas de resistência e de ofensiva do movimento popular.

Assim é necessário unir, lutar e organizar em torno dos

## REFORMA AGRÁRIA

I. A OFENSIVA DESENCADEADA CONTRA A REFORMA AGRÁRIA DESDE O VI GOVERNO.

Novembro de 1976

1. Dissolução do Serviço de Apoio e Desenvolvimento Agrário (S.A.D.A.).

2. O pagamento das pensões de 8500\$00 aos agrários, começa a fazer-se retroactivamente desde Agosto de 1976

3. Altera-se a definição de pequeno e médio agricultor, passando todos os proprietários não expropriáveis a beneficiar do Crédito Agrícola de Emergência.

4. Os agrários parasitas já expropriados e a quem o Governo tenha dado reserva, passam assim a ter auxílio financeiro do Estado, nomeadamente para assalariar e explorar trabalhadores.

5. Grande machadada nos direitos reconhecidos pelas Convenções Colectivas e Portarias do Regulamento do Trabalho Rural: é proibida a colocação de trabalhadores nas explorações agrícolas inculcas ou subaproveitadas.

6. Apesar de haver mais de 600 000 ha por expropriar, nas mãos dos agrários, justifica-se esta medida invocando o facto de estarem expropriados os grandes latifúndios, e restarem apenas explorações agrícolas de tipo familiar na zona de Reforma Agrária!

7. Cancelamento de todas as acções de formação profissional no âmbito do Ministério da Agricultura, com evidente prejuízo para os pequenos agricultores e trabalhadores rurais beneficiários dessas acções.

8. Suspensão dos serviços e funcionários dos C.R.R.A.s de Portalegre e Setúbal.

9. Suspensão do Crédito Agrícola de Emergência a várias Unidades Colectivas de Produção.

10. A ACTUAL POLÍTICA AGRÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PISCAS E DO GOVERNO, É CONSEQUÊNCIA LÓGICA DA POLÍTICA DO VI GOVERNO E DO PACTO SOBRE REFORMA AGRÁRIA CELEBRADO ENTRE O P.S., P.C.P. e P.P.D.

Passando uma vista de olhos por todas as medidas tomadas, constata-se a existência de um Plano bem definido, destinado a quebrar a organização dos trabalhadores, em nome de um falso legalismo que mais não é do que um vigoroso plano de reconversão capitalista. Plano esse servido por formas cada vez mais crescentes de autoritarismo burguês, desde a repressão policial pela G.N.R. (caso da Herdade da Capota) à prisão de dirigentes sindicais (como aconteceu em Beja em Dezembro de 76), ao corte de Crédito para salários às Unidades Colectivas de Produção, às desocupações a favor de agrários, etc.

O papel conciliador do P.C.P. em todo este processo é evidente. A assinatura do Pacto contra a Reforma Agrária dos trabalhadores, onde estão contempladas algumas das medidas atrás referidas, conjugada com a ilusão que os revisionistas tentam criar às massas trabalhadoras, mendigando junto do Governo P.S. a «miação de esquerda», oferecendo-se ao Governo de recuperação capitalista como o único interlocutor válido, para manter os trabalhadores na ordem, em troca de um ou mais lugares no Governo são os aspectos mais graves desta estratégia de conciliação e compromisso do P.C.P.

A desmobilização do movimento de massas, a divisão entre os trabalhadores, são os resultados desta política de conciliação, que abre o caminho ao avanço dos fascistas.

11. Ler no próximo número: «A actuação do PC e as tarefas dos revolucionários para o reforço da organização e da unidade popular nas zonas da Reforma Agrária».

12. A resistência que se tem feito sentir por parte dos soldados ao militarismo fascista, o espírito antifascista de grande parte dos subalternos das FFAA, são mesmo tempo capacidade de luta do nosso povo levam-nos a concluir que a unidade é possível.

Se a unidade prevalecer ao espírito de seita e de casta, se a soubermos articular com o movimento popular e em particular com a luta dos soldados, sargentos e oficiais progressistas, estes objectivos tornar-se-ão força material capaz de batalha a batalha derrotar o inimigo caminhando decididamente para a vitória final: o Socialismo.

13. E é aprovado em Conselho de Ministros o Plano de desocupações que, dizia-se, apenas se destinava a corrigir erros. Os trabalhadores não foram ouvidos para este efeito mas apenas as «autoridades civis e militares».

Prometia-se o avanço das expropriações (ainda estamos à espera delas)

B) Medidas Legais tomadas contra a Reforma Agrária, durante o ministério de António Barreto. (Publicadas no Diário da República.

1. Reintegração dos militares progressistas nas unidades militares;

2. Recusa das FFAA servirem de instrumento de pressão e de ataque às conquistas alcançadas pelo Povo português após o 25 de Abril (nacionalizações, reforma agrária, controlo operário, unicidade e sindical);

3. Cumprimento rigoroso da Constituição e progressiva ligação das FFAA à resolução dos problemas concretos do nosso povo;

4. Desmantelamento da rede terrorista-bombista e prisão e expulsão das FFAA dos elementos com ela comprometidos;

5. Recusa do plano de reestruturação das FFAA em marcha desde que não assente nos seguintes pontos:

A. Proibição de existência de forças mercenárias nas FFAA;

B. Restabelecimento da liberdade de expressão e reunião dos soldados, sargentos e oficiais por estruturas democráticas nas FFAA;

C. Serviço geral e obrigatório;

D. Recusa de instalação de qualquer brigada da NATO em Portugal;

E. Manutenção dos órgãos existentes nas FFAA, produtos da luta antifascista após o 25 de Abril (Conselho da Revolução, Conselho das Armas, etc)

## O Reformismo

Apesar de práticas bem diferentes tanto as forças reformistas como os esquerdistas enfermam de um erro comum de avaliação da correlação de forças e na definição tática de luta que consequentemente facilita o avanço das forças reaccionárias e fascistas nas FFAA. Este erro assenta no desprezo tático do inimigo apesar deste ser tomado em conta estrategicamente. Isto é, para as forças reformistas que actuam nas FFAA (2 forças distintas: Nove, melantunistas e forças afectas ao PC) o fascismo é um perigo que urge combater, combate este que assenta na ilusão da derrota do fascismo, sobredeterminando o combate a nível do aparelho de Estado, por via administrativa, apoiando-se nas forças que ainda não perderam e onde detêm alguns lugares (Conselho da Revolução, CEME, etc.)...

O desprezo pela luta dos soldados; sargentos, oficiais progressistas articulada com o movimento popular no isolamento dos Comandos fascistas e reaccionários nas unidades militares, e ainda o de situar a luta antifascista no campo militar num plano exclusivamente corporativo (os assuntos

militares são dos militares) são pontos comuns destas forças que facilitam a concretização tática das forças fascistas e reaccionárias.

O PC põe as lutas nos quartéis a reboque da sua política a nível do aparelho de Estado, enfermado dos erros que já foram aqui expostos. Por exemplo, o desprezo pela luta antimilitarista por parte do PC. O PC chega mesmo a esvaziar a natureza de classe do próprio militarismo. Para ele, o combate ao militarismo, é uma atitude «esquerdista», porque pode afastar e hostilizar oficiais de «esquerda», que têm este comportamento. É evidente que não é disto que se trata. O combate ao militarismo terá que ser articulado com objectivos políticos concretos. É claro que esta posição é o reverso da medalha daqueles que combatem o militarismo pelo militarismo, dissolvendo toda a luta dos soldados numa luta contra os oficiais.

Para a corrente «melantunista» e «nove» o desprezo da organização a nível militar é completo, tornando-se uma presa fácil das forças reaccionárias e fascistas que organizadamente vêm actuando.

## O Esquerdismo

Confundir o desejo com a realidade, deturpar a correlação de forças na actual situação subestimar ou sobrestimar o inimigo, são características da actuação das forças esquerdistas nas FFAA.

Para estas forças a prática política da luta de classes passa nos quartéis, pe la luta entre soldados e oficiais identificando o mecanicamente uns ao proletariado e os outros à burguesia. Assim se hostilizam camaradas importantes nas FFAA, não se identificando claramente o inimigo principal (as forças fascistas) dissolvendo os objectivos políticos na «pureza» da luta antimilitarista.

A visão curta e infantil da luta entre os muros dos quartéis, «a soldadite» (característica comum do PRP e da UDP) leva como consequência ao desencadeamento das lutas que

na situação política global não há forças de reserva para suste e imediatamente à exposição e prisão de elementos potencialmente revolucionários que se vão isolados do movimento geral de luta e ao enfraquecimento deste (a maior parte de prisões de soldados desde o 25 de Novembro assentam nestes erros).

Para estas forças o fascismo está à porta. Combate-se o fascismo estrategicamente (o golpe vem aí) mas a ausência de tática de luta nas sucessivas batalhas do dia a dia é a característica fundamental desta prática.

«Há que preparar mo-nos para o golpe fascista» mas nada se propõe no momento para esse combate, a não ser que devemos responder de armas na mão a esse golpe. A incapacidade de definir qual é a tática